



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista de Controle Externo  
Jurídica**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos I

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

O conceito de indústria cultural foi criado por Adorno e Horkheimer, dois dos principais integrantes da Escola de Frankfurt. Em seu livro de 1947, *Dialética do esclarecimento*, eles conceberam o conceito a fim de pensar a questão da cultura no capitalismo recente. Na época, estavam impactados pela experiência no país cuja indústria cultural era a mais avançada, os Estados Unidos, local onde os dois pensadores alemães refugiaram-se durante a Segunda Guerra.

Segundo os autores, a cultura contemporânea estaria submetida ao poder do capital, constituindo-se num sistema que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios – como a televisão, a novidade daquele momento –, que tenderia a conferir a todos os produtos culturais um formato semelhante, padronizado, num mundo em que tudo se transformava em mercadoria descartável, até mesmo a arte, que assim se desqualificaria como tal. Surgiria uma cultura de massas que não precisaria mais se apresentar como arte, pois seria caracterizada como um negócio de produção em série de mercadorias culturais de baixa qualidade. Não que a cultura de massa fosse necessariamente igual para todos os estratos sociais; haveria tipos diferentes de produtos de massa para cada nível socioeconômico, conforme indicações de pesquisas de mercado. O controle sobre os consumidores seria mediado pela diversão, cuja repetição de fórmulas faria dela um prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.

Muito já se polemizou acerca dessa análise, que tenderia a estreitar demais o campo de possibilidades de mudança em sociedades compostas por consumidores supostamente resignados. O próprio Adorno chegou a matizá-la depois. Mas o conceito passou a ser muito utilizado, até mesmo por quem diverge de sua formulação original. Poucos hoje discordariam de que o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural", no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Feita a constatação da amplitude alcançada pela indústria cultural contemporânea, são várias as possibilidades de interpretá-la. Há estudos que enfatizam o caráter alienante das consciências imposto pela lógica capitalista no âmbito da cultura, a difundir padrões culturais hegemônicos. Outros frisam o aspecto da recepção do espectador, que poderia interpretar criativamente – e não de modo resignado – as mensagens que lhe seriam passadas, ademais, de modo não unívoco, mas com multiplicidades possíveis de sentido.

(RIDENTI, Marcelo. **Indústria cultural: da era do rádio à era da informática no Brasil**. In: Agenda brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 292 a 301)

1. No contexto, identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, entre

- (A) o fato de Adorno e Horkheimer terem concebido o conceito de indústria cultural e o modo como pensaram a questão da cultura no capitalismo recente.
- (B) o fato de tudo ter se transformado em mercadoria descartável no capitalismo recente e a arte ter sido desqualificada como tal.
- (C) o caráter alienante da cultura hegemônica no capitalismo e a interpretação criativa que o espectador crítico desenvolve.
- (D) a pequena amplitude da indústria cultural contemporânea e a resignação forçada dos consumidores diante da repetição de produtos e temas.
- (E) a repetição de fórmulas culturais já desgastadas e o tédio dos consumidores diante da falta de opções instigantes.

2. O próprio Adorno chegou a matizá-la depois. (3º parágrafo)

... são várias as possibilidades de interpretá-la. (4º parágrafo)

... as mensagens que **lhe** seriam passadas... (4º parágrafo)

Os pronomes destacados acima referem-se, no contexto, respectivamente, a

- (A) análise - indústria cultural contemporânea - espectador
- (B) mudança - constatação - recepção
- (C) análise - constatação - aspecto
- (D) mudança - formulação original - espectador
- (E) diversão - indústria cultural contemporânea - recepção

3. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em:

- (A) ... que poderia interpretar criativamente... (4º parágrafo)
- (B) ... os Estados Unidos... (1º parágrafo)
- (C) ... que assim se desqualificaria como tal. (2º parágrafo)
- (D) ... padronizado... (2º parágrafo)
- (E) ... que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios... (2º parágrafo)



4. Uma **redação** alternativa para um segmento do texto, em que se mantêm a correção e a lógica, está em:
- (A) Alguns estudos reforçam o aspecto da recepção do espectador, o qual poderia interpretar criativamente as mensagens, adquirindo sentidos múltiplos de maneira não uniforme e não resignado.
  - (B) Mesmo que o conceito de indústria cultural tenha passado a ser muito utilizado, ainda haviam aqueles que discordavam de sua formulação.
  - (C) O controle sobre os consumidores seria mediado pela repetição de fórmulas, a qual faria que a arte, em vez de diversão representasse o prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.
  - (D) Os pensadores alemães estavam, na época, sob o impacto da vida nos Estados Unidos, país que possuía a mais avançada indústria cultural e local onde se refugiaram durante a Segunda Guerra.
  - (E) A teoria proposta pelos pensadores alemães já foi muito discutida, e a partir dela o campo de possibilidade de mudanças nas sociedades compostas por consumidores resignados tenderiam a se estreitar demais.
- 

5. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido original substituindo-se

- (A) *conforme* por "como demonstra" (2º parágrafo).
  - (B) *además* por "em demasia" (4º parágrafo).
  - (C) *a fim de* por "para" (1º parágrafo).
  - (D) *acerca* por "quanto a" (3º parágrafo).
  - (E) *pois* por "por que" (2º parágrafo).
- 

6. ... que enfatizam o caráter alienante das consciências...

O verbo que, no contexto, possui o mesmo tipo de complemento do sublinhado acima está empregado em:

- (A) ... *haveria* tipos diferentes de produtos de massa...
  - (B) *Surgiria* uma cultura de massas...
  - (C) *Poucos* hoje discordariam de que...
  - (D) *Não* que a cultura de massa fosse necessariamente igual...
  - (E) ... o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural"...
- 

7. ... no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

- (A) pode ser constatado.
  - (B) podem ser constatados.
  - (C) constata-se.
  - (D) pode ser constatada.
  - (E) constatam-se.
- 

8. As normas de concordância estão plenamente respeitadas em:

- (A) Cada uma das expressões dos produtos da indústria cultural reproduzem as pessoas tais como foram estereotipadas pela indústria como um todo.
  - (B) Na atual era da informática, o uso de computadores pessoais e de diversos recursos interativos levanta novas questões para a indústria cultural.
  - (C) Com o fim de preencherem todos os sentidos dos trabalhadores de modo útil ao capital, a cultura teria passado ao domínio da racionalidade administrativa.
  - (D) A história da indústria cultural, nos países de industrialização recente, confundem-se com as da própria implantação tardia da indústria.
  - (E) Como sistema mundial, a indústria da cultura não se restringe ao centro e impõem-se também em nações periféricas.
-



**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 9 a 13.

*Não surpreende que, em todo lugar, esteja em curso uma corrosão do sono, dada a dimensão do que está economicamente em jogo.*

*Já em meados do século XVII, a incompatibilidade do sono com noções modernas de produtividade passou a ser notada. Descartes, Hume e Locke foram apenas alguns dos filósofos que apontavam para a sua irrelevância na busca do conhecimento.*

*Última das "barreiras naturais", para usar a expressão de Marx, à completa realização do capitalismo "24 horas", o sono não pode ser eliminado. Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo.*

*Pesquisas recentes mostram que cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite para verificar mensagens ou informações. Uma figura de linguagem recorrente e aparentemente inócua é o sleep mode [modo de hibernação], inspirada nas máquinas. A ideia de um aparelho em modo de consumo reduzido e de prontidão transforma o sentido mais amplo do sono em mera condição adiada ou diminuída de operacionalidade.*

*O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento da proteção social em outras esferas. Estado mais privado e vulnerável de todos, o sono depende crucialmente da sociedade para se sustentar. Um dos exemplos vívidos da insegurança do estado de natureza no Leviatã de Thomas Hobbes é a vulnerabilidade de um indivíduo adormecido diante dos inúmeros perigos de cada noite. Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem, não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.*

*Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono – na reciprocidade entre vulnerabilidade e confiança, entre exposição e proteção.*

(Adaptado de: **Revista Piauí**. Ed. 96, 09/14)

9. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) O indivíduo adormecido, consoante a proposição de Thomas Hobbes, deve estar em constante estado de alerta ou "modo de hibernação", dada sua vulnerabilidade extrema.
- (B) O autor constata que a sociedade moderna deve aumentar a qualidade do sono de seus indivíduos, na medida em que este é compreendido como fenômeno fisiológico crucial para a saúde.
- (C) A figura de linguagem a que o autor se refere no quarto parágrafo contradiz a ideia de que o sujeito do capitalismo é valorizado pelo aumento de sua produtividade.
- (D) Marx corrobora a ideia dos filósofos citados, segundo a qual o sono, um obstáculo natural ao desenvolvimento pleno da sociedade capitalista "24 horas", é irrelevante.
- (E) A proteção e guarda de outros membros da sociedade é fundamental para que o indivíduo possa entregar-se ao sono, livre de preocupações e temores reais e imaginários.

10. O termo cujo sentido no contexto reflete o ponto de vista do autor do texto é:

- (A) *vulnerabilidade* (5º parágrafo).
- (B) *irrelevância* (2º parágrafo).
- (C) *despojado* (3º parágrafo).
- (D) *dimensão* (1º parágrafo).
- (E) *aglutinam* (6º parágrafo).

11. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. No segmento *Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo* (3º parágrafo), uma vírgula pode ser acrescentada imediatamente após "métodos" sem prejuízo da correção e do sentido.
- II. O segmento *e aparentemente inócua* (4º parágrafo) pode ser isolado por vírgulas, sem prejuízo da correção.
- III. Sem prejuízo da correção e do sentido, as vírgulas que isolam o segmento *para usar a expressão de Marx* podem ser suprimidas. (3º parágrafo)

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I e III.

12. A flexão do verbo destacado encontra justificativa no segmento sublinhado em:

- (A) ... uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem.
- (B) Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono...
- (C) O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento...
- (D) ... não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.
- (E) ...cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite...

13. Considerando-se o contexto, está correto o que se afirma em:

- (A) Tanto a expressão *Última das "barreiras naturais"* como o pronome destacado em *destruí-lo* referem-se ao sono. (3º parágrafo)
- (B) O termo *inócua* foi empregado com o sentido de "prejudicial". (4º parágrafo)
- (C) A preposição "para" está empregada com a mesma acepção nos seguintes segmentos: *para verificar mensagens ou informações* (4º parágrafo) e *oferecer segurança para os que dormem* (5º parágrafo).
- (D) Mantêm-se o sentido original e a correção substituindo-se a conjunção sublinhada em *Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade...* por "Porquanto". (5º parágrafo)
- (E) Sem prejuízo da correção e do sentido, o segmento *O dano ao sono* pode ser substituído por "A supressão à vigília". (5º parágrafo)



14. Está INCORRETA a **redação** do período que se encontra em:
- (A) O fato de passarmos dormindo um bom período de nossas vidas subsiste como uma das grandes afrontas humanas à voracidade do modo de produção capitalista contemporâneo.
- (B) Pesquisadores de diversas universidades têm investigado a atividade cerebral dos pássaros durante longos períodos de vigília, com a esperança de obter conhecimentos e descobrir como as pessoas poderiam permanecer sem dormir.
- (C) Até o início do século XVII, ainda se encontra resquícios de uma hierarquia que distinguia as capacidades sobre-humanas do soberano, cujos poderes, oniscientes, ao menos simbolicamente não sucumbiam às condições desabilitadoras do sono.
- (D) A maioria das necessidades aparentemente irredutíveis da vida humana, como a fome, a sede e, recentemente, a necessidade de amizade, transformou-se em mercadoria ou investimento.
- (E) O sono afirma a ideia de um intervalo de tempo que não pode ser colonizado nem submetido a um mecanismo de lucratividade, e, desse modo, permanece uma anomalia e um foco de crise no presente global.

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 15 a 20.

*O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás, é considerado o segundo maior bioma brasileiro. Ao viajar pelo estado, chama a atenção quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê. Entretanto, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.*

*Professor de agronomia da Universidade Federal de Goiás, Wilson Mozena acredita que esse cenário de preocupação ambiental vem mudando, principalmente com projetos como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.*

*Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra. O pesquisador explica que os sistemas de integração e de plantio direto promovem benefícios vitais para o solo. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta, colocando, por exemplo, milho junto com eucalipto, auxilia tanto no “sequestro” do carbono como na manutenção de uma terra fértil. “Nesse sistema, junto com o milho, planta-se a semente da forrageira [planta usada para alimentar o gado]. O milho nasce e essa planta fica na sombra até quando o milho é colhido para o gado pastar, explica.*

*Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Quando a terra é arada os restos são incorporados e os micro-organismos que decompõem esses restos morrem sem alimento e o carbono vai para a atmosfera. “Quando se deixam nutrientes no solo, os micro-organismos aumentam para decompor os nutrientes e ficam na terra se alimentando. O carbono permanece com eles, não subindo para a atmosfera”.*

(Adaptado de: MARCELINO, Sarah Teófilo. “Fazenda em Goiás mantém a esperança da preservação do cerrado”. Disponível em: <http://sustentabilidade.estadao.com.br>. Acessado em: 25/09/14)

15. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a monocultura, embora mais eficiente do que o plantio variado, é um sistema nocivo tanto para a terra como para a fauna.
- (B) a manutenção de uma reserva de alimentos para os micro-organismos da terra impede o carbono de retornar à atmosfera.
- (C) o cenário de devastação ambiental no cerrado, considerado o segundo maior bioma brasileiro, está intrinsecamente relacionado com o plantio do eucalipto
- (D) o uso de insumos necessários em solo pouco fértil, como o do cerrado, encarece a atividade agrícola, obrigando os produtores a adotar a monocultura.
- (E) a técnica de se arar a terra entre um plantio e outro é controversa, havendo quem acredite que tal prática deva ser incentivada.

16. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo correto em:
- (A) *para decompor os nutrientes* = para decompô-lo
- (B) *que cobre o estado de Goiás* = que lhe cobre
- (C) *que decompõem esses restos* = que lhes decompõem
- (D) *para diminuir a emissão de gases de efeito estufa* = para diminuí-los
- (E) *promovem benefícios vitais para o solo* = promovem-nos

17. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após
- (A) “carbono”, em *Já o sequestro do carbono...* (4º parágrafo)
- (B) “arada”, em *Quando a terra é arada...* (4º parágrafo)
- (C) “aumentam”, em *os micro-organismos aumentam...* (4º parágrafo)
- (D) “explica”, em *O pesquisador explica* (3º parágrafo)
- (E) “micro-organismos”, em *os micro-organismos que decompõem esses restos* (4º parágrafo)

18. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta...
- Mantendo-se a correção e, em linhas gerais, o sentido, o elemento grifado acima pode ser substituído por:
- (A) do qual
- (B) com o que
- (C) aonde
- (D) por meio do qual
- (E) cujo



19. Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão...

O elemento que, no contexto, exerce a mesma função sintática que o grifado acima está também grifado em:

- (A) Ao viajar peelo estado...
- (B) O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás...
- (C) ... quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê.
- (D) ... essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.
- (E) Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra.

20. Entretanto, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.

Mantendo-se a correção e a o sentido, a conjunção sublinhada acima NÃO pode ser substituída por:

- (A) No entanto
- (B) Todavia
- (C) Nada obstante
- (D) Contudo
- (E) Conquanto

#### Controle Externo

21. No exame das contas prestadas por determinado ente público, referente ao exercício de 2013, foram constatadas algumas irregularidades. Com relação ao controle externo do Estado de Goiás, nos termos da Constituição Estadual, considere:

- I. Será exercida pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- II. Será exercida pela Controladoria Geral do Estado, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- III. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
- IV. As contas prestadas anualmente pelo Governador serão julgadas pela Assembleia Legislativa, mediante voto de 3/5 de seus membros.
- V. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento e publicado no Diário Oficial do Estado.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, III e V.
- (B) II, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e III.

22. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás compete, entre outros,

- I. Apreciar e emitir parecer prévio nas contas anuais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.
- II. Fiscalizar as contas de consórcios públicos, de empresas de cujo capital social o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo.
- III. Fiscalizar a arrecadação da receita do Estado e de suas entidades da administração indireta, verificando, quanto à presteza e eficácia, a cobrança da dívida ativa e a renúncia de receitas.
- IV. Apreciar, mediante parecer prévio, as contas anuais prestadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos.
- V. Julgar as contas daqueles que derem causa a perda, dano, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao Erário Municipal ou a seu patrimônio.

Está correto o que consta em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II, III e V, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, II, e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

23. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. É correto afirmar que a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado abrange, entre outros

- (A) aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Municipal.
- (B) os dirigentes ou liquidantes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Estado.
- (C) os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos da União.
- (D) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.
- (E) os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam recursos federais e prestem serviço de interesse público ou social.



<p>24. Os Tribunais de Contas, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, fiscalizarão a gestão fiscal, com ênfase, no que se refere, entre outros,</p> <p>(A) os limites e condições para abertura de créditos especiais destinados as despesas de caráter emergenciais e as inscrições em restos a pagar.</p> <p>(B) o cumprimento da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.</p> <p>(C) o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e as providências tomadas, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites.</p> <p>(D) a aplicação de recursos vinculados e a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos.</p> <p>(E) o atingimento das metas de arrecadação estabelecidas na Lei Orçamentária Anual – LOA e as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite.</p>	<p>27. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos do Regimentos Interno, entre outros</p> <p>(A) julgar, as licitações e contratos, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.</p> <p>(B) apreciar, as tomadas de contas, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.</p> <p>(C) fiscalizar as receitas e despesas das empresas contratadas pela administração direta, para execução de obras e serviços públicas.</p> <p>(D) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, de irregularidade de contas ou atraso em sua prestação, as sanções previstas na Lei Orgânica, e na forma do Regimento, sem prejuízo de outras dispostas em lei.</p> <p>(E) apreciar, mediante parecer prévio, a ser elaborado em 60 dias, a contar do seu recebimento as contas dos administradores.</p>
<p>25. Integram o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos da Lei nº 16.168/2007 (com alterações posteriores):</p> <p>I. Plenário, Câmaras, Presidência, Vice-presidência.</p> <p>II. Assessoria Jurídica, Secretaria de Informática, Secretaria de Fiscalização e Controle.</p> <p>III. Corregedoria Geral; Conselheiros, Auditores.</p> <p>IV. Secretaria Diretoria Geral, Secretaria de Administração, Corpo Técnico e Serviços Auxiliares.</p> <p>V. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Serviços Técnicos e Administrativos.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, III e V.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e V.</p> <p>(E) I, II e V.</p>	<p>28. Ao julgar a prestação ou tomada de contas, o Tribunal de Contas do Estado Goiás decidirá, quanto ao mérito, se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares, exceto na hipótese de serem consideradas ilíquidáveis. Nestas condições, é correto afirmar que as contas serão julgadas regulares, com ressalvas quando</p> <p>(A) houver omissão no dever de prestar contas.</p> <p>(B) evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.</p> <p>(C) comprovada ocorrência de dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.</p> <p>(D) comprovada a ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.</p> <p>(E) expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.</p>
<p>26. A sede administrativa do Governo do Estado foi acometida por fortes chuvas, destruindo documentos. Esse fato tornou as contas ilíquidáveis. Nesse caso, o Tribunal</p> <p>(A) julgará as contas regulares.</p> <p>(B) emitirá parecer prévio favorável.</p> <p>(C) ordenará o trancamento das contas e o arquivamento do processo.</p> <p>(D) realizará tomada de contas especial.</p> <p>(E) instaurará inspeção permanente.</p>	<p>29. Às decisões proferidas nos processos em tramitação no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, cabem os seguintes recursos</p> <p>(A) agravo, embargos de declaração, apelação, pedido de anulação.</p> <p>(B) recurso de reconsideração, embargos de declaração, apelação, pedido de retificação.</p> <p>(C) agravo, embargos de declaração, pedido de retificação, embargos de divergência.</p> <p>(D) recurso de reconsideração, pedido de reexame, apelação, embargos de divergência.</p> <p>(E) recurso de reconsideração, pedido de reexame, embargos de declaração, agravo.</p> <p>30. As contas dos órgãos da administração direta e as contas dos Fundos Especiais e das entidades da administração indireta, inclusive de Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo poder público, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, serão apresentadas, respectivamente, sob a forma de</p> <p>(A) contas anuais e prestação de contas.</p> <p>(B) tomada de contas e contas de gestão.</p> <p>(C) contas anuais e tomada de contas.</p> <p>(D) tomada de contas e prestação de contas.</p> <p>(E) prestação de contas e contas de gestão.</p>

**Legislação Específica do Estado de Goiás**

31. No tocante às eleições do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor-Geral do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, considere:

I. Os Conselheiros elegerão o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral do Tribunal, para mandato de 2 anos, com início em 1º de janeiro, vedada a reeleição.

II. A eleição realizar-se-á em escrutínio secreto, na terceira sessão ordinária do mês de setembro do último ano do mandato, exigindo-se, sempre, a presença da maioria absoluta dos seus membros titulares, vedada a convocação de Auditor para efeito de *quorum*.

III. Os Conselheiros, ainda que licenciados ou em gozo de férias, poderão tomar parte nas eleições.

IV. No caso de vaga eventual, a eleição realizar-se-á em sessão plenária extraordinária, até sessenta dias após a vacância.

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.

32. Considere:

I. Prestação de contas do Governador.

II. Tomada de contas especial.

III. Inspeção e auditoria.

IV. Denúncia.

V. Representação.

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no exercício do controle externo, classificam-se como processos de fiscalização os indicados APENAS em

- (A) III, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV.

33. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, determinar a realização de inspeção e auditoria na hipótese de afastamento legal do relator, quando não houver substituto, é competência

- (A) da Câmara competente.
- (B) do Corregedor-Geral.
- (C) do Plenário.
- (D) do Presidente.
- (E) do Vice-Presidente.

34. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a Comissão Disciplinar Permanente da Corregedoria-Geral

- (A) é presidida pelo Presente do Tribunal isoladamente.
- (B) será composta por servidores efetivos em número de 5 sendo 3 titulares e 2 suplentes.
- (C) é presidida pelo Corregedor-Geral e pelo Presidente do Tribunal conjuntamente.
- (D) será composta por servidores efetivos em número de 7 sendo 5 titulares e 2 suplentes.
- (E) será composta por servidores efetivos em número de 9 sendo 5 titulares e 4 suplentes.

35. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, considere as seguintes assertivas a respeito das Sessões do Plenário:

I. As Sessões do Plenário serão Ordinárias e Extraordinárias, e somente poderão ser abertas com *quorum* mínimo de 4 Conselheiros, excluído o Presidente.

II. As Sessões Ordinárias serão realizadas às terças-feiras, com duração de até 5 horas, podendo haver intervalo de até 60 minutos.

III. A critério do Plenário, por proposta do Presidente, as Sessões Ordinárias poderão ser prorrogadas por até 60 minutos.

IV. Se não houver número legal, a matéria constante da ordem dos trabalhos da Sessão Extraordinária ficará automaticamente transferida para a sessão seguinte, a ser convocada com o mesmo caráter.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e IV.

36. No tocante à ajuda de custo prevista no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Goiás, considere:

I. Não haverá obrigação de restituir ajuda de custo concedida quando o pedido de exoneração for apresentado após noventa dias de exercício na nova sede.

II. Não haverá obrigação de restituir ajuda de custo concedida no caso de falecimento do servidor, mesmo antes de empreender viagem.

III. Conceder-se-á ajuda de custo ao funcionário removido a pedido ou por conveniência da disciplina.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) II, apenas.





37. Tobias, funcionário público estadual em disponibilidade, faleceu em decorrência de um grave problema cardíaco. Tobias deixou sua mulher, Gabriela, e dois filhos menores. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Goiás, à Gabriela
- (A) não será devido o auxílio-funeral porque este será devido aos seus filhos no valor do último salário de Tobias, acrescido de 50%.
  - (B) não será devido o auxílio-funeral tendo em vista que Tobias estava em disponibilidade.
  - (C) será pago auxílio-funeral em valor correspondente a 2 vezes o maior vencimento de cargo de provimento efetivo dos Quadros estaduais.
  - (D) será pago auxílio-funeral em valor correspondente ao valor do último salário de Tobias.
  - (E) será pago auxílio-funeral em valor correspondente a 5 vezes o menor vencimento de cargo de provimento efetivo dos Quadros estaduais.
- 
38. A aplicação de penalidade por transgressão disciplinar apenada com suspensão acarreta a inabilitação do servidor apenado para a sua promoção ou nova investidura em cargo, função, mandato ou emprego público estadual pelo prazo, contado da data de publicação do ato punitivo, de
- (A) 5 dias por dia de suspensão.
  - (B) 15 dias por dia de suspensão.
  - (C) 120 dias.
  - (D) 5 anos.
  - (E) 3 anos.
- 
39. Fabíola, funcionária pública estadual, foi intimada para comparecimento em audiência designada em processo administrativo disciplinar. Fabíola recebeu intimação na segunda-feira para comparecimento na sexta-feira da mesma semana. Neste caso, considerando que não houve feriado durante esta semana, de acordo com a Lei Estadual nº 13.800/2001 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, a intimação é
- (A) nula, uma vez que esta não observou a antecedência mínima de quinze dias úteis quanto à data de comparecimento.
  - (B) nula, uma vez que esta não observou a antecedência mínima de sete dias úteis quanto à data de comparecimento.
  - (C) nula, uma vez que esta não observou a antecedência mínima de dez dias úteis quanto à data de comparecimento.
  - (D) legal, uma vez que esta observou a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.
  - (E) legal, uma vez que esta observou a antecedência mínima de dois dias úteis quanto à data de comparecimento.
- 
40. No tocante ao recurso administrativo, segundo a Lei Estadual nº 13.800/2001 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás, considere:
- I. O recurso administrativo tramitará, no máximo, por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
  - II. Salvo disposição legal específica, é de 10 dias o prazo para oposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
  - III. Salvo disposição legal em contrário, o recurso tem efeito suspensivo.
  - IV. Oposto o recurso, a autoridade competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de 5 dias úteis, apresentem alegações.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
  - (B) I e II.
  - (C) II e IV.
  - (D) II, III e IV.
  - (E) I e IV.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I****Direito Constitucional**

41. No tocante a emenda a Constituição Federal, considere:

- I. A Constituição Federal poderá ser emendada através de proposta de um terço dos membros da Câmara dos Deputados.
- II. A Constituição Federal poderá ser emendada através de proposta de um terço do Senado Federal.
- III. A Constituição Federal poderá ser emendada através de proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- IV. A proposta de emenda será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em um turno, considerando-se aprovada se obtiver, dois terços dos votos dos respectivos membros.
- V. A matéria constante de proposta de emenda havida por prejudicada, mas não rejeitada, poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, III, IV e V.

42. Sobre o Tribunal de Contas da União é INCORRETO afirmar que

- (A) dois terços de seus Ministros serão escolhidos pelo Congresso Nacional e um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.
- (B) é integrado por nove Ministros, bem como possui quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- (C) seus Ministros serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam, dentre outros, o requisito de possuir mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- (D) seus Ministros serão nomeados dentre brasileiros que possuam mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de Administração pública.
- (E) possui competência para apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.

43. Considere:

- I. Câmara dos Deputados.
- II. Tribunal de Contas da União.
- III. Mesa do Senado Federal.
- IV. Tribunal Superior Eleitoral.
- V. Tribunal Superior do Trabalho.

Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente Mandado de Injunção quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição dos órgãos indicados em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III, IV e V, apenas.
- (C) I, II, III e IV, apenas.
- (D) II, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

44. Mário, trinta e sete anos de idade, é membro do Ministério Público da União há onze anos. Mário pretende ocupar o cargo de Procurador-Geral da República. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal Brasileira, a nomeação de Procurador-Geral da República

- (A) é feita pelo Presidente da República após aprovação de seu nome pela maioria relativa dos membros do Congresso Nacional.
- (B) prescinde da idade mínima de quarenta e cinco anos de idade, bem como de, no mínimo, quinze anos de efetiva atividade na função.
- (C) é feita pelo Presidente da República após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.
- (D) é feita pelo Congresso Nacional após aprovação de seu nome pela maioria relativa dos membros do Senado Federal.
- (E) é feita pelo Senado Federal após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta do Congresso Nacional.

45. Considere os seguintes impostos sobre

- I. importação de produtos estrangeiros;
- II. exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- III. renda e proventos de qualquer natureza;
- IV. produtos industrializados;
- V. propriedade territorial rural;
- VI. operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

De acordo com a Constituição Federal, é vedado à União cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Esta vedação não se aplica APENAS aos impostos previstos em:

- (A) I, II, IV e VI.
- (B) I, II e III.
- (C) II, IV, V e VI.
- (D) I, IV e V.
- (E) I, II, IV e V.

46. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, o Tribunal de Contas do Estado

- (A) é integrado por onze Conselheiros.
- (B) é integrado por nove Conselheiros.
- (C) terá dois Conselheiros escolhidos pelo Governador do Estado após aprovação pelo Presidente do Tribunal de Justiça, mediante votação em aberta em plenário.
- (D) encaminhará à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
- (E) apreciará as contas prestadas semestralmente pelo Governador mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de cento e vinte dias a contar de seu recebimento.



<p>47. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, o deputado estadual NÃO poderá, a partir da expedição do diploma</p> <p>(A) patrocinar causa em que seja interessada pessoa jurídica de direito público ou autarquia.</p> <p>(B) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.</p> <p>(C) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou com concessionário de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.</p> <p>(D) patrocinar causa em que seja interessada sociedade de economia mista ou com concessionário de serviço público.</p> <p>(E) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.</p>	<p>50. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o contratado, na execução do contrato administrativo, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais,</p> <p>(A) poderá subcontratar apenas partes de serviço ou de fornecimento, mas não de obra, desde que respeite o limite estabelecido mediante acordo entre as partes.</p> <p>(B) não poderá subcontratar partes de obra, serviço ou fornecimento, sob pena de burla ao procedimento licitatório.</p> <p>(C) poderá subcontratar apenas partes da obra, mas não de serviço ou de fornecimento, desde que respeite o limite estabelecido mediante acordo entre as partes.</p> <p>(D) poderá subcontratar apenas partes da obra, mas não de serviço ou de fornecimento, desde que respeite o limite imposto pela Administração.</p> <p>(E) poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Administrativo</b></p> <p>48. O ato administrativo que já exauriu seus efeitos, mas contém vício de legalidade em um de seus requisitos,</p> <p>(A) deve obrigatoriamente ser mantido no mundo jurídico.</p> <p>(B) deve ser extirpado do mundo jurídico exclusivamente pelo Poder Judiciário, tendo em vista que já produziu seus efeitos.</p> <p>(C) comporta revogação.</p> <p>(D) comporta anulação.</p> <p>(E) não comporta revogação, pelo fato único de já ter produzido efeitos.</p>	<p>51. A União Federal pretende adquirir bens nos termos de acordo internacional específico, devidamente aprovado pelo Congresso Nacional, sendo as condições ofertadas manifestamente vantajosas para o Poder Público. Na hipótese narrada, é</p> <p>(A) inexigível a licitação.</p> <p>(B) obrigatória licitação na modalidade concorrência.</p> <p>(C) dispensável a licitação.</p> <p>(D) obrigatória licitação na modalidade convite.</p> <p>(E) obrigatória licitação na modalidade tomada de preços.</p> <p>52. O Estado de Goiás pretende realizar procedimento licitatório para a execução de obras de natureza divisível. Nesse caso, conforme preceitua a Lei Estadual nº 17.928/2012, poderá reservar uma determinada cota do objeto contratual, para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Essa cota é de até</p> <p>(A) 15%.</p> <p>(B) 25%.</p> <p>(C) 30%.</p> <p>(D) 40%.</p> <p>(E) 45%.</p>
<p>49. Luiz Henrique, servidor público federal, celebrou contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, tendo sido processado pela prática de ato de improbidade administrativa. Vale salientar que a conduta do servidor foi culposa, mas ocasionou prejuízos ao erário. Nesse caso, e nos termos da Lei nº 8.429/1992, Luiz Henrique</p> <p>(A) pode ser condenado, dentre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.</p> <p>(B) está sujeito, exclusivamente, à sanção de ressarcimento do dano.</p> <p>(C) não deve ser condenado por improbidade, haja vista que não agiu com dolo.</p> <p>(D) pode ser condenado, dentre outras sanções, ao pagamento de multa civil de até três vezes o valor do dano.</p> <p>(E) pode ser condenado, dentre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.</p>	<p>53. João e Maria, ambos servidores públicos do Estado de Goiás, formularam requerimento para a obtenção de progressão horizontal, prevista na Lei Estadual nº 10.460/1988. João pretende a progressão horizontal pelo critério de antiguidade e Maria pelo critério de merecimento. São requisitos temporais para a obtenção da mencionada progressão:</p> <p>(A) 1 ano de efetivo exercício na classe para João. Maria poderá efetivar-se a cada 18 meses, reabrindo-se o prazo para progressões posteriores.</p> <p>(B) 2 anos de efetivo exercício na classe para João. Maria poderá efetivar-se a cada 12 meses, reabrindo-se o prazo para progressões posteriores.</p> <p>(C) 3 anos de efetivo exercício na classe para João. Maria poderá efetivar-se a cada 6 meses, reabrindo-se o prazo para progressões posteriores.</p> <p>(D) 3 anos de efetivo exercício na classe para João. Maria poderá efetivar-se a cada 12 meses, reabrindo-se o prazo para progressões posteriores.</p> <p>(E) 5 anos de efetivo exercício na classe para João. Maria poderá efetivar-se a cada 18 meses, reabrindo-se o prazo para progressões posteriores.</p>



<p>54. Antes da celebração do respectivo contrato de parceria público-privada, foi constituída a Sociedade de Propósito Específico (SPE) "Masters S/A", incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria. Referida sociedade inadimpliu contrato de financiamento com instituição financeira controlada pelo Poder Público. Assim, deu-se a aquisição da maioria do capital votante da SPE pela referida instituição financeira. De acordo com a Lei nº 11.079/2004,</p> <p>(A) é possível a aquisição da maioria do capital votante da SPE por instituição financeira controlada pelo Poder Público, exatamente na situação narrada no enunciado.</p> <p>(B) é vedada a aquisição da maioria do capital votante da SPE por instituição financeira controlada pelo Poder Público, pois a Administração pública não pode ser titular da maioria do capital votante de SPE.</p> <p>(C) a SPE não pode celebrar contrato de financiamento com instituição financeira controlada pelo Poder Público; logo, inviável o episódio narrado.</p> <p>(D) é vedada a aquisição da maioria do capital votante da SPE por instituição financeira, independentemente de ser controlada ou não pelo Poder Público.</p> <p>(E) a SPE pode celebrar contrato de financiamento com instituição financeira controlada pelo Poder Público; mas o inadimplemento do mencionado contrato não permite que a instituição financeira adquira a maioria do capital votante da SPE.</p>	<p>57. Quanto à aplicação da norma jurídica no espaço, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a sucessão por morte ou ausência obedece a norma do país do último domicílio do falecido.</p> <p>(B) o domicílio da pessoa que não tiver residência fixa será o local em que a mesma for encontrada.</p> <p>(C) se aplica, quanto às obrigações, a norma do local em que foram constituídas.</p> <p>(D) deve ser aplicada a norma do domicílio do interessado no que se refere aos bens imóveis.</p> <p>(E) são competentes as autoridades consulares brasileiras para registrar o nascimento de filhos de brasileiro nascido no país da sede do consulado.</p>
<p>55. As Organizações Sociais e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) apresentam características peculiares que as distinguem uma das outras, justamente em razão de serem entidades diversas, previstas em legislações próprias. Sobre o tema, considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. Não celebram contratos de gestão com o Poder Público, mas termos de parceria.</p> <p>II. O Poder Público não participa de seus quadros diretivos.</p> <p>III. Não há trespasse de servidores públicos para nelas prestar serviço.</p> <p>IV. O objeto da atividade delas é muito mais amplo que o das Organizações Sociais, compreendendo, inclusive, finalidades de benemerência social.</p> <p>As OSCIPs distinguem-se das Organizações Sociais, entre outros pontos relevantes, pelo descrito em</p> <p>(A) II, III e IV, apenas.</p> <p>(B) I, apenas.</p> <p>(C) I e IV, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II, III e IV.</p>	<p>58. A respeito dos costumes, como forma de integração da norma jurídica, considere:</p> <p>I. Continuidade.</p> <p>II. Uniformidade.</p> <p>III. Diuturnidade.</p> <p>IV. Moralidade.</p> <p>Incluem-se dentre os seus requisitos os indicados em:</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) I, II e III, apenas.</p> <p>(C) III e IV, apenas.</p> <p>(D) I, II e IV, apenas.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p> <p>59. As sociedades que visam uma finalidade lucrativa mediante o exercício de atividade não empresária denominam-se</p> <p>(A) entes despersonalizados.</p> <p>(B) fundações.</p> <p>(C) sociedades empresárias.</p> <p>(D) associações.</p> <p>(E) sociedades simples.</p> <p>60. Os negócios jurídicos em que a declaração de vontade emana apenas de uma pessoa, com um único objetivo, denominam-se negócios jurídicos</p> <p>(A) impessoais.</p> <p>(B) unilaterais.</p> <p>(C) consensuais.</p> <p>(D) <i>inter vivos</i>.</p> <p>(E) plurilaterais.</p> <p>61. A prescrição</p> <p>(A) deve ser conhecida de ofício pelo juiz.</p> <p>(B) não pode ser renunciada pelo devedor após a sua consumação.</p> <p>(C) pode ser estabelecida por convenção das partes.</p> <p>(D) extingue o direito e não a pretensão.</p> <p>(E) não pode, em regra, ser impedida, suspensa ou interrompida.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Civil</b></p> <p>56. Uma lei foi elaborada, promulgada, publicada e retificada através de norma corretiva, não contendo previsão quanto ao prazo de vacância. Nesse caso, essa lei entrará em vigor</p> <p>(A) 45 dias depois de oficialmente publicada a norma corretiva.</p> <p>(B) na data da promulgação.</p> <p>(C) na data da publicação do texto sem correção.</p> <p>(D) na data da publicação da norma corretiva.</p> <p>(E) 45 dias depois de oficialmente publicado o texto sem correção.</p>	<p>62. Os danos causados culposamente a terceiros por um menor absolutamente incapaz foram ressarcidos por seu pai, João; por um menor relativamente incapaz foram ressarcidos por seu pai, José; por outro menor relativamente incapaz foram ressarcidos por seu avô, Petrus; por um maior capaz foram ressarcidos pelo seu empregador, Lucius; por um menor relativamente incapaz, foram, ressarcidos por sua irmã, Anne. Poderão reaver o que foi pago daquele por quem pagou:</p> <p>(A) Petrus e Anne.</p> <p>(B) João e José.</p> <p>(C) Lucius e José.</p> <p>(D) Lucius e Anne.</p> <p>(E) Petrus, José e Anne.</p>



Direito Processual Civil	
<p>63. Quando o autor renuncia ao direito sobre o qual se funda a ação e quando as partes transigem, ocorrerá a</p> <p>(A) extinção do processo sem resolução de mérito.</p> <p>(B) suspensão do processo.</p> <p>(C) extinção do processo com resolução de mérito.</p> <p>(D) extinção do processo com resolução de mérito e sem resolução de mérito, respectivamente.</p> <p>(E) extinção do processo sem resolução de mérito e com resolução de mérito, respectivamente.</p>	<p>67. É INCORRETO afirmar que a medida cautelar</p> <p>(A) poderá ser contestada no prazo de 15 dias contados da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido.</p> <p>(B) poderá ser requerida após a sentença, na pendência de recurso de apelação.</p> <p>(C) perderá sua eficácia se não executada no prazo de 30 dias.</p> <p>(D) poderá, em casos excepcionais expressamente previstos em lei, ser determinada sem audiência das partes.</p> <p>(E) perderá a eficácia se a parte não intentar a ação no prazo de 30 dias contados da data da sua efetivação, quando for concedida em processo preparatório.</p>
<p>64. Num procedimento ordinário há dois réus, ambos representados pelo mesmo advogado. Na audiência, o juiz ordenou que os réus se manifestassem sobre documento juntado pelo autor, sem fixar prazo. Nesse caso, o prazo para manifestação será de</p> <p>(A) 3 dias, iniciando-se no dia da audiência.</p> <p>(B) 10 dias, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à audiência.</p> <p>(C) 5 dias, iniciando-se no dia da audiência.</p> <p>(D) 10 dias, iniciando-se no dia da audiência.</p> <p>(E) 5 dias, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à audiência.</p>	<p>68. A respeito dos recursos, é correto afirmar que</p> <p>(A) o preparo do agravo retido pode ser feito após a sentença, na hipótese do agravante pleitear o reconhecimento deste como preliminar do julgamento do recurso de apelação.</p> <p>(B) o exame dos pressupostos de admissibilidade da apelação só pode ser feito pelo juiz no momento do recebimento do recurso, vedado o reexame de tais pressupostos após a apresentação da resposta.</p> <p>(C) no procedimento ordinário, os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos por qualquer das partes.</p> <p>(D) no recurso extraordinário, a existência de repercussão geral só poderá ser reconhecida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) no recurso especial admite-se o reexame da prova quando o recorrente for beneficiário da assistência judiciária.</p>
<p>65. Considere:</p> <p>I. <i>Perda da faculdade processual em função do decurso do prazo previsto em lei ou assinado pelo juiz sem o seu exercício.</i></p> <p>II. <i>Perda da faculdade processual em razão da prática de ato incompatível com aquele que se pretende realizar.</i></p> <p>Os conceitos acima dizem respeito, respectivamente, à preclusão</p> <p>(A) lógica e consumativa.</p> <p>(B) temporal e lógica.</p> <p>(C) lógica e temporal.</p> <p>(D) temporal e consumativa.</p> <p>(E) consumativa e temporal.</p>	<p>69. A ação popular</p> <p>(A) é imprescritível e poderá ser ajuizada em qualquer juízo ou tribunal.</p> <p>(B) poderá ser ajuizada pelo Ministério Público no caso de ato lesivo ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.</p> <p>(C) exige prova de cidadania para ingresso em juízo, que será feita através da Cédula de Identidade.</p> <p>(D) ajuizada pelo Ministério Público poderá ter como litisconsorte ou assistente qualquer cidadão.</p> <p>(E) obedecerá o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil e poderá ser contestada pelo réu no prazo de vinte dias, prorrogáveis por mais vinte.</p>
<p>66. O órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convenceu da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública e promoveu o arquivamento do inquérito civil. Nesse caso,</p> <p>(A) o próprio órgão do Ministério Público remeterá os autos, no prazo 3 dias, ao Colégio de Procuradores de Justiça.</p> <p>(B) os autos serão encaminhados ao Conselho Superior do Ministério Público se qualquer associação legitimada reclamar no prazo de 15 dias.</p> <p>(C) qualquer associação legitimada poderá interpor recurso para o Colégio de Procuradores de Justiça, no prazo de 15 dias.</p> <p>(D) o próprio órgão do Ministério Público remeterá os autos, no prazo de 3 dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.</p> <p>(E) o Juiz de Direito, se não concordar com o arquivamento, poderá avocar os autos e ordenar a remessa ao Procurador-Geral de Justiça.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Penal</b></p> <p>70. A adequação perfeita entre o fato natural, concreto, e a descrição abstrata contida na lei denomina-se</p> <p>(A) culpabilidade.</p> <p>(B) tipicidade.</p> <p>(C) antijuridicidade.</p> <p>(D) relação de causalidade.</p> <p>(E) consunção.</p>



<p>71. Não se admite a tentativa nos crimes</p> <p>(A) unissubsistentes. (B) culposos. (C) omissivos puros. (D) omissivos impróprios. (E) preterdolosos sem consumação do resultado agredado.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Previdenciário</b></p> <p>77. Decorre do princípio constitucional da equidade na forma de participação no custeio, a atual previsão legal de contribuições sociais de seguridade</p> <p>(A) dos segurados do regime geral em alíquotas iguais, independentemente do nível remuneratório. (B) de todos os usuários do Sistema Único de Saúde que tenham comprovada capacidade contributiva. (C) dos pensionistas e inativos dos Estados, qualquer que seja o valor das pensões e aposentadorias. (D) sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social. (E) das empresas em alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da utilização intensiva de mão de obra.</p>
<p>72. Considere:</p> <p>I. Cícero aceitou desafio para lutar. II. Marcus atingiu o agressor após uma agressão finda. III. Lícius reagiu a uma agressão iminente.</p> <p>Presentes os demais requisitos legais, a excludente da legítima defesa pode ser reconhecida em favor de</p> <p>(A) Lícius, apenas. (B) Cícero e Marcus. (C) Cícero e Lícius. (D) Marcus e Lícius. (E) Cícero, apenas.</p>	
<p>73. No processo de aplicação da pena, os maus antecedentes do agente incluem-se dentre as</p> <p>(A) circunstâncias agravantes. (B) qualificadoras. (C) circunstâncias judiciais. (D) causas especiais de aumento de pena. (E) circunstâncias objetivas.</p>	<p>79. A respeito do valor dos proventos da inatividade nos regimes próprios é correto afirmar que</p> <p>(A) os Estados, desde que instituíam regime de previdência complementar, poderão adotar o mesmo teto do regime geral para os servidores que ingressarem, posteriormente, a esse novo regime. (B) aposentadorias e pensões devidas a militares estaduais submetem-se, exclusivamente, ao valor-teto correspondente aos subsídios mensais dos Ministros do STF. (C) é facultado aos Estados fixar, por lei complementar, os subsídios mensais dos Desembargadores do Tribunal de Justiça como limite único para todo o âmbito estadual, inclusive para os Deputados Estaduais. (D) para servidores que ingressam atualmente no serviço público, o valor das aposentadorias deverão ser revistos, na mesma proporção e data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos a estes. (E) as aposentadorias, por ocasião de sua concessão, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo.</p>
<p>74. A falsa declaração de parentesco para que o interessado na aquisição de imóvel pelo Sistema Financeiro da Habitação consiga atingir a renda exigida caracteriza o crime de</p> <p>(A) falsificação de documento público. (B) falsidade ideológica. (C) falsificação de documento particular. (D) falsidade material de atestado. (E) atestado ideologicamente falso.</p>	
<p>75. Paulo ofereceu R\$ 300,00 a um Oficial de Justiça para retardar a sua citação. O Oficial de Justiça aceitou a oferta, mas achou o valor oferecido muito baixo, tendo Paulo ficado de estudar eventual majoração. Nesse caso, o Oficial de Justiça cometeu crime de</p> <p>(A) corrupção passiva, na forma consumada. (B) corrupção passiva, na forma tentada. (C) concussão, na forma consumada. (D) concussão, na forma tentada. (E) prevaricação.</p> <p>76. No que concerne ao crime de peculato doloso, é correto afirmar que</p> <p>(A) o ressarcimento do dano até a denúncia extingue a punibilidade do agente. (B) o particular responde pelo delito quando for coautor ou partícipe. (C) o delito só se caracteriza se o agente tiver obtido vantagem patrimonial. (D) a imputação do delito depende de prévia tomada ou prestação de contas do responsável pelo desvio. (E) não é possível a continuidade delitiva.</p>	



<p>80. Desde que instituídos pelos Estados, vinculam-se, necessariamente, aos regimes próprios os respectivos</p> <p>(A) servidores titulares de cargo efetivo e em comissão, na Administração direta e autárquica do Poder Executivo.</p> <p>(B) empregados de Empresas públicas e suas subsidiárias.</p> <p>(C) magistrados e membros do Ministério Público.</p> <p>(D) servidores ocupantes de outro cargo temporário ou de emprego público.</p> <p>(E) auxiliares diretos do chefe do Poder Executivo e os detentores de mandato eletivo.</p>	<p>84. Considerando que um Estado tenha instituído regime de previdência complementar para os respectivos servidores efetivos, é correto afirmar que</p> <p>(A) não poderão ser alcançados pelo novo regime os magistrados, membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas.</p> <p>(B) serão obrigatoriamente participantes do novo regime aqueles que ingressarem após a data de publicação do ato de instituição.</p> <p>(C) serão obrigatoriamente participantes do novo regime todos os servidores, inclusive os até então vinculados ao regime próprio.</p> <p>(D) as contribuições normais do Estado-patrocinador não poderão, em hipótese alguma, exceder à dos servidores-participantes.</p> <p>(E) os servidores incluídos no novo regime serão cobertos pelo regime geral, no que diz respeito ao valor do teto do INSS.</p>
<p>81. Nos regimes próprios, a aposentadoria por invalidez</p> <p>(A) é integral se decorrer de doença incapacitante desde que prevista em rol veiculado por lei.</p> <p>(B) é integral se decorrer de doença incapacitante prevista em rol veiculado por regulamento do Poder Executivo.</p> <p>(C) é sempre integral por se tratar de benefício de risco, que não pode ser programado.</p> <p>(D) é sempre integral para servidores ocupantes de cargo em comissão.</p> <p>(E) corresponderá ao valor da remuneração do servidor até o teto do regime geral, acrescido de 70% da parcela excedente a este limite.</p>	<p>85. As alíquotas de contribuição dos servidores ativos aos regimes próprios de Estados e Municípios</p> <p>(A) independem dos percentuais fixados para os servidores da União, diante da autonomia federativa.</p> <p>(B) não poderão ser inferiores às fixadas para o regime geral.</p> <p>(C) devem ser as mesmas fixadas pela União a seus servidores.</p> <p>(D) não poderão ser inferiores à fixada pela União a seus servidores efetivos.</p> <p>(E) não poderão ser distintas dentro do âmbito territorial do mesmo Estado.</p>
<p>82. O servidor público será aposentado compulsoriamente aos</p> <p>(A) 70 anos de idade, para homens, ou 65 anos para mulheres, com proventos integrais.</p> <p>(B) 70 anos de idade, para homens ou mulheres, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.</p> <p>(C) 75 anos de idade, para homens, ou 70 anos para mulheres, com proventos integrais.</p> <p>(D) 70 anos de idade, para homens ou mulheres, com proventos integrais.</p> <p>(E) 70 anos de idade, para homens, ou 65 anos para mulheres, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.</p>	<p>86. Nos regimes próprios de Previdência Social, aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes contribuem sobre o valor</p> <p>(A) excedente ao teto do regime geral, com a mesma alíquota dos servidores ativos.</p> <p>(B) excedente ao teto do regime geral, mas com alíquota inferior a dos servidores ativos.</p> <p>(C) integral da aposentadoria ou pensão, mas com metade da alíquota dos servidores ativos.</p> <p>(D) excedente ao dobro do teto do regime geral, com a mesma alíquota dos servidores ativos.</p> <p>(E) excedente ao dobro do teto do regime geral, mas com alíquota inferior a dos servidores ativos.</p>
<p>83. Para fins específicos de redução em 5 anos nos critérios de idade e tempo de contribuição, o integrante da carreira de professor deve comprovar exercício, exclusivamente, de tempo nas funções de magistério, o que NÃO inclui atualmente</p> <p>(A) docência na educação infantil.</p> <p>(B) docência no ensino fundamental e médio.</p> <p>(C) direção de unidade escolar.</p> <p>(D) função de coordenação e assessoramento pedagógico.</p> <p>(E) docência no ensino superior.</p>	

**Direito Tributário**

<p>87. Segundo o art. 144, do CTN, “o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada”. A partir da interpretação desta regra, é correto afirmar que</p> <p>(A) este dispositivo não foi recepcionado pela CF/88, que prevê a regra da irretroatividade da lei tributária.</p> <p>(B) a lei que disciplina o lançamento tributário retroage à data da ocorrência do fato gerador para que o crédito tributário possa ser constituído.</p> <p>(C) trata-se de regra que confere ultra-atividade à lei instituidora do tributo, que será a lei aplicável aos fatos geradores ocorridos em sua vigência.</p> <p>(D) esta regra não tem eficácia prática, pois o lançamento ocorre no momento da prática do fato gerador.</p> <p>(E) assim como acontece com a lei penal, a lei que institui ou majora tributo é irretroativa, mas a lei que reduz ou revoga tributo poderá retroagir no momento do lançamento.</p>	<p>90. Na responsabilidade por sucessão, é correto afirmar que</p> <p>(A) a incorporação de uma empresa por outra implica em responsabilidade tributária para a empresa incorporadora, relativamente aos débitos tributários da empresa incorporada, por fatos geradores anteriores à incorporação.</p> <p>(B) se na arrematação de bem imóvel em hasta pública o respectivo preço pago não for utilizado para quitar os tributos devidos, incidentes sobre o imóvel, o arrematante é considerado responsável tributário.</p> <p>(C) em processo de falência, o adquirente de estabelecimento comercial será responsável tributário pelos tributos devidos pela empresa falida, abatendo-se do preço da aquisição o valor dos débitos tributários.</p> <p>(D) o espólio nunca é sucessor tributário, mas sim os herdeiros a qualquer título são quem respondem pelos tributos devidos pelo <i>de cujus</i> até a abertura da sucessão.</p> <p>(E) os pais, tutores e curadores são responsáveis por sucessão, pelos tributos devidos pelos filhos, tutelados e curatelados, respectivamente.</p>
<p>88. Considerando os aspectos da hipótese de incidência, é correto afirmar que o aspecto</p> <p>(A) material do IPTU é o bem imóvel situado na zona urbana.</p> <p>(B) espacial do ICMS incidente sobre importação é o estabelecimento onde ocorrer a entrada física da mercadoria importada do exterior.</p> <p>(C) quantitativo do ISS é o serviço prestado a qualquer título nos limites territoriais do Município tributante.</p> <p>(D) material do ITBI é a transmissão a qualquer título de bens imóveis urbanos.</p> <p>(E) pessoal do IPTU é o proprietário ou possuidor, inclusive na qualidade de locatário, de imóvel urbano.</p>	<p>91. Considere as afirmações abaixo.</p> <p>I. O juiz só pode decretar a indisponibilidade de bens e direitos do devedor tributário se o mesmo tiver um débito superior a dois milhões de reais.</p> <p>II. A indisponibilidade é absoluta e recai sobre todos os bens imóveis do devedor tributário, ainda que o valor do patrimônio supere o valor da dívida tributária.</p> <p>III. Não há de se falar em alienação em fraude à execução se o sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública tiver reservado bens ou rendas suficientes ao pagamento total da dívida tributária.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>
<p>89. Determinada pessoa praticou o fato gerador do Imposto de Renda, pois auferiu renda em um determinado período de tempo. Todavia, deixou de apresentar sua Declaração de Ajuste Anual no prazo previsto na legislação. Logo, foi aplicada uma multa pelo atraso na entrega da declaração, mesmo tendo pago o imposto no prazo legal. Diante destes fatos e com base no Código Tributário Nacional, é correto afirmar que no caso apresentado</p> <p>(A) todas as obrigações tributárias descritas são classificadas como principal.</p> <p>(B) o pagamento da multa e do imposto se classificam como obrigação tributária principal, mas a apresentação da Declaração de Ajuste Anual é obrigação tributária acessória.</p> <p>(C) o pagamento do Imposto de Renda é obrigação tributária principal, enquanto o pagamento da multa é obrigação tributária acessória.</p> <p>(D) a apresentação da Declaração de Ajuste Anual e o pagamento do Imposto de Renda se classificam como obrigação tributária principal.</p> <p>(E) o pagamento do Imposto de Renda, assim como o descumprimento da obrigação de entregar a Declaração de Ajuste Anual, se classificam como obrigação tributária principal.</p>	<p>92. Diante do pagamento indevido de tributo feito de forma espontânea pelo contribuinte, é correto afirmar que</p> <p>(A) não terá direito à restituição, pois se tratou de pagamento espontâneo.</p> <p>(B) só terá direito à restituição se, logo após o pagamento espontâneo, fizer um questionamento administrativo do pagamento efetuado.</p> <p>(C) terá direito à restituição somente após a homologação do pagamento pelo Fisco, hipótese em que a restituição é automática.</p> <p>(D) terá direito à restituição, desde que faça o pedido de restituição dentro do prazo de cinco anos, a contar do pagamento indevido.</p> <p>(E) se foi pagamento de tributo sujeito a lançamento por homologação não terá direito à restituição, pois é erro imputável ao próprio contribuinte.</p>





<p>93. Sobre isenção, imunidade e remissão é correto afirmar que</p> <p>(A) todas são causas de exclusão do crédito tributário.</p> <p>(B) somente a imunidade e a isenção são causas de exclusão do crédito tributário.</p> <p>(C) somente a isenção e a remissão são causas de extinção do crédito tributário.</p> <p>(D) somente a imunidade define a incompetência tributária.</p> <p>(E) todas impedem o surgimento da obrigação tributária diante da incompetência nas hipóteses por elas previstas.</p>	<p>97. As operações de crédito de prazo inferior a 12 meses cujas receitas tenham constado do orçamento</p> <p>(A) integram a dívida pública mobiliária.</p> <p>(B) integram a dívida pública consolidada.</p> <p>(C) não estão submetidas aos limites globais estabelecidos pelo Senado Federal.</p> <p>(D) serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.</p> <p>(E) somente são admitidas para captação de recursos a título de antecipação e receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Financeiro</b></p> <p>94. Compete à lei complementar disciplinar</p> <p>(A) o plano plurianual.</p> <p>(B) a dívida pública.</p> <p>(C) o orçamento anual.</p> <p>(D) as diretrizes orçamentárias.</p> <p>(E) os créditos adicionais.</p>	<p>98. A fixação dos limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dos limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é do</p> <p>(A) Senado Federal.</p> <p>(B) Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados, respectivamente.</p> <p>(C) Congresso Nacional.</p> <p>(D) Presidente da República e do Governador do Estado e do Distrito Federal, respectivamente.</p> <p>(E) Chefe do Poder Executivo de cada ente federado.</p>
<p>95. Sobre o empenho é correto afirmar que</p> <p>(A) em nenhuma hipótese é permitido que o Município empenhe, no último mês do mandato do prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no Orçamento vigente.</p> <p>(B) via de regra, é vedado aos Municípios, no último mês do mandato do prefeito, assumir compromissos financeiros para execução depois do término do mandato.</p> <p>(C) em caso de calamidade pública comprovada admite-se a realização de despesa sem prévio empenho.</p> <p>(D) a ordem de pagamento e a liquidação da despesa são pressupostos para o empenho.</p> <p>(E) não se admite a realização de empenho global de despesa contratual ou de despesa sujeita a parcelamento, sendo necessário empenho certo e específico.</p>	<p>99. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, em um cenário de real baixo crescimento do Produto Interno Bruto – PIB nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a 4 trimestres, em taxa apurada pelo IBGE, é correto afirmar que</p> <p>(A) a Lei de Responsabilidade Fiscal não traz qualquer disciplina relacionada ao PIB.</p> <p>(B) não há qualquer mudança na política fiscal, ressaltando que medidas de redução de despesas são válidas, mas não obrigatórias.</p> <p>(C) os prazos para redução de despesas serão diminuídos pela metade, podendo ser reduzidos a um quarto diante de reconhecimento pelo Senado Federal de mudanças drásticas na condução das políticas monetária e cambial.</p> <p>(D) o Senado Federal deverá disciplinar, por Resolução, acerca de moratória para as despesas oriundas de crédito adicional.</p> <p>(E) os prazos para redução das despesas com pessoal que estejam ultrapassando os limites fixados na própria Lei de Responsabilidade Fiscal serão duplicados.</p>
<p>96. Uma vez não pago um crédito devido à Administração pública, devidamente constituído nos termos da lei, para sua cobrança deve ser</p> <p>(A) feito o prévio protesto da dívida e posterior inscrição na dívida ativa.</p> <p>(B) feita a notificação extrajudicial do devedor para pagar, sob pena de inscrição na dívida ativa e consequente negativação do nome nos órgãos de proteção ao crédito.</p> <p>(C) feita a inscrição do débito na dívida ativa, depois de esgotado o prazo, fixado pela lei ou por decisão final procedida em processo administrativo, para pagamento.</p> <p>(D) proposta, de imediato, a execução fiscal para cobrança deste débito, desde que tenha natureza tributária.</p> <p>(E) emitida uma certidão dando conta da mora para fins de protesto extrajudicial, que dará publicidade desta mora, autorizando a inscrição em dívida ativa, para posterior execução fiscal.</p>	<p>100. Sobre os precatórios, é correto afirmar que</p> <p>(A) integram, em qualquer situação, a dívida pública fluente.</p> <p>(B) classificam-se como ordem de pagamento à vista expedidas pelo Poder Público devedor.</p> <p>(C) foram declarados inconstitucionais pelo STF, razão pela qual hoje todas as dívidas do Poder Público são pagas por meio de empenho.</p> <p>(D) são dispensados para pagamento de obrigações definidas em lei como dívidas de pequeno valor.</p> <p>(E) somente podem ser pagos se houver prévia inclusão na lei de diretrizes orçamentárias, ainda que não previstos na lei orçamentária anual, pois podem ser pagos mediante abertura de crédito adicional.</p>